



AYMORÉ ROQUE POTTES DE MELLO

Dos Direitos da Personalidade ao Princípio da Boa-Fé Objetiva nos Contratos de Direito Privado

APROXIMAÇÕES
LUSO-BRASILEIRAS

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	DATA	15/10/21
	Nº	1195362

Copyright © 2021 by Aymoré Roque Pottes de Mello

Categoria: Direito Civil

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

347.141 (P1+469)
M527d

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1195362

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M527d

Mello, Aymoré Roque Pottes de

Dos direitos da personalidade ao princípio da boa-fé objetiva nos con-
tratos de direito privado : aproximações luso-brasileiras / Aymoré Roque
Pottes de Mello. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

264 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 239-248.

ISBN 978-65-5510-621-3

1. Direito civil. 2. Dignidade da pessoa humana. 3. Direito da persona-
lidade. 4. Função social. 5. Princípio da boa-fé objetiva. I. Título.

CDD 346

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Prefácio

Recebi com grande honra o convite para elaborar o Prefácio do livro do meu querido colega e amigo Desembargador Aymoré Roque Pottes de Mello, denominado “Dos Direitos da Personalidade ao Princípio da Boa-fé Objetiva nos Contratos de Direito Privado – Aproximações Luso-Brasileiras”, elaborado a partir de sua Dissertação de Mestrado, brilhantemente apresentada perante a Universidade Autônoma de Lisboa “Luís de Camões” (UAL), tendo como orientador o eminente Professor Doutor Ricardo Diogo Paredes Leite de Campos.

O presente trabalho, praticamente uma Tese de Doutorado, elaborado com o rigor acadêmico próprio das universidades lusitanas, foi aprovado com extraordinário brilho por banca formada pelos Professores Doutores Ruben Bahamonde Delgado (UAL), Antônio Alfredo Mendes (Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa) e Ricardo Diogo Paredes Leite de Campos (UAL – Orientador), que tive a satisfação de assistir virtualmente, sendo uma das poucas alegrias proporcionadas pelos tempos da pandemia da Covid-19.

O Júri da Faculdade de Direito da UAL atribuiu, nas provas públicas de Defesa da Dissertação de Mestrado, por unanimidade, 19 valores, com a qualificação de “Excelente”, obtendo 18 valores como nota final no Curso de Mestrado em Direito.

A qualidade e a profundidade da obra não surpreende quem conhece o seu autor há mais de trinta anos, tendo o privilégio de desfrutar da sua amizade e de sua família, que se aprofundou ao longo desse período por diferentes circunstâncias da vida que nos aproximaram ainda mais.

O autor, formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), após breve período dedicado à advocacia, ingressou na Magistratura gaúcha como Pretor em 1980. Após novo concurso público, foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito, atuando nas Comarcas de Arroio do Meio, Tupanciretã, Sapucaia do Sul e Porto Alegre, sendo promovido para o Tribunal de Alçada em 1997. Tornou-se Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em 1998, com marcante atuação em Câmaras Cíveis e Criminais. Paralelamente, exerceu o Magistério na Faculdade de Direito da UNISINOS, da qual é Professor licenciado, nas disciplinas de Direito

Comercial, Direito Civil e Direito Processual Civil. Além disso, sempre teve forte atuação na política institucional e associativa da Magistratura no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS) e na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), com destaque para os temas ligados à previdência pública.

A nota característica do autor foi sempre se dedicar “de corpo e alma” a todas as atividades nas quais se envolve ao longo de sua vida pessoal e profissional.

Com essa característica pessoal, acompanhada de seu excelente currículo, não surpreende a coragem do autor de impor a si mesmo o desafio de investigar, perante uma tradicional academia jurídica lusitana, os fundamentos éticos, jurídicos e normativos que os direitos da personalidade e o postulado normativo da dignidade da pessoa humana transmitem aos princípios da função social dos contratos e da boa-fé objetiva no sistema de direito obrigacional do Brasil e de Portugal.

O seu objetivo central foi estabelecer, principalmente, em que medida o princípio da boa-fé objetiva transforma-se em fonte substancial de concretização dos direitos da personalidade, do postulado da dignidade da pessoa humana e do princípio da função social dos contratos no sistema obrigacional português e brasileiro.

O peso da empreitada não poderia estar em melhores mãos, tendo o autor, com esmero e profundidade, cercado da melhor doutrina brasileira e portuguesa, estabelecido os contornos jurídicos de cada uma dessas quatro categorias para alcançar as suas conclusões.

O estudo foi desenvolvido em três grandes partes umbilicalmente ligadas entre si e entremeadas dos grandes valores que conectam os princípios da função social dos contratos e da boa-fé objetiva aos direitos da personalidade e ao postulado da dignidade da pessoa humana.

No primeiro capítulo, denominado de “Direitos da Personalidade e Postulado da Dignidade da Pessoa Humana nos Contratos de Direito Privado”, são estabelecidos os paradigmas axiológicos norteadores de toda a sua investigação, avultando a sua preocupação de entrelaçar a melhor doutrina brasileira e portuguesa acerca do tema.

No segundo capítulo, dedicado aos “Princípios da Função Social e da Boa-fé Objetiva nos Contratos de Direito Privado”, a preocupação do autor é com a análise desses dois grandes pilares do sistema de direito privado à luz da estrutura de valores transcendentais que dimanam dos direitos da perso-

nalidade e da dignidade da pessoa humana. Merece especial destaque a verificação feita pelo autor de como ocorre a sua concretização, especialmente da boa-fé objetiva, mediante os conceitos jurídicos indeterminados, as cláusulas gerais e os *standards* de comportamento, especialmente na jurisprudência.

No terceiro capítulo, denominado “Estrutura Orgânica e Funcional do Princípio da Boa-fé Objetiva nos Contratos de Direito Privado”, o autor volta a sua investigação para a morfologia orgânica e funcional do princípio da boa-fé objetiva no sistema de direito contratual, concentrando a sua análise nas funções do princípio da boa-fé objetiva (função interpretativa, função criadora de deveres jurídicos e função de controle e delimitação do exercício de direitos subjetivos) e na sua concretização em diversos institutos, cujos nomes são sintetizados em brocardos oriundos de outras línguas, como *venire contra factum proprium*, *supressio*, *surrectio*, *tu quoque*, *exceptio doli*, *Stoppel*, *duty to mitigate the loss*, *nachfrist*.

Após analisar a concretização desses institutos em perspectiva doutrinária, o autor traça, na segunda parte desse capítulo, um panorama jurisprudencial, com ênfase em precedentes do Superior Tribunal de Justiça brasileiro (STJ) e do Supremo Tribunal de Justiça português, demonstrando o prestígio do princípio da boa-fé objetiva na jurisprudência das duas Cortes, inclusive fazendo referência a alguns acórdãos da minha relatoria no STJ brasileiro.

O autor conseguiu, assim, dissecar os princípios fundamentais do sistema de direito privado no Direito brasileiro e português, especialmente a boa-fé objetiva, com notável poder de sistematização dos seus aspectos teóricos e práticos.

Além disso, o presente livro estabelece um importante elo de ligação entre diferentes Escolas de Direito Civil do Brasil e de Portugal, que, com diferentes enfoques, cultuam os princípios jurídicos como os grandes fundamentos do sistema de direito privado, com destaque, no Brasil, para as lições do saudoso Professor Clóvis do Couto e Silva, que, mediante sua extraordinária obra “Obrigação como Processo”, teve a primazia de transpor o princípio da boa-fé objetiva do direito alemão para o direito brasileiro e de demonstrar a sua importância no sistema de direito privado, formando uma escola própria na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e formando ilustres discípulos como Judith Martins-Costa, Vera Fradera, Ruy Rosado de Aguiar Júnior.

Trata-se, enfim, de uma obra madura, que se apresenta como a concretização de uma investigação teórico-prática desenvolvida não apenas durante o

Curso de Mestrado em Portugal, mas ao longo de toda a sua fecunda trajetória profissional, seja como Professor Universitário, seja como Magistrado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio do Grande do Sul, tendo sempre como nota marcante a coragem de apresentar e defender com galhardia teses pioneiras e humanistas, que gradativamente foram sendo aceitas e se consolidaram na jurisprudência gaúcha e brasileira.

Não apenas como amigo do autor, mas como Professor e Magistrado há mais de três décadas, tenho o dever de afaçar que obras doutrinárias, como a constante do presente livro, constituem leitura obrigatória para todos os operadores do Direito, que pretendam compreender a extraordinária importância teórica e prática assumida pelo princípio da boa-fé objetiva no Direito brasileiro e português!

Brasília, fevereiro de 2021.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Superior Tribunal de Justiça - STJ